

CELESC

MORALIZAÇÃO JÁ

Inquéritos administrativos e policiais põem a Celesc nas páginas dos jornais catarinenses

Novamente a Celesc figurou nas páginas dos jornais de maior circulação do estado. As edições de domingo dos jornais Diário Catarinense e A Notícia divulgaram matérias onde o Ministério Público contesta um rombo de 200 milhões de reais na empresa, referentes ao contrato com a Empreiteira Monreal.

Segundo a matéria do jornal joinvilense, "os pagamentos irregulares feitos pela Celesc à empresa de cobrança Monreal ultrapassam R\$ 200 milhões, segundo o Ministério Público de Santa Catarina. O montante é quase quatro vezes maior do que o apontado pela auditoria KPMG, de R\$ 51,7 milhões, no ano passado, quando foi feita a denúncia que resultou na investigação".

O Diário Catarinense vai ainda mais longe e afirma que a Celesc é investigada "por todos os lados". Segundo a matéria, "Além do inquérito específico sobre o contrato da Monreal como empresa de cobrança, o Ministério Público de SC também investiga as contratações, sem licitação, da terceirizada para recuperar a rede energia elétrica do Vale do Itajaí durante a enchente de 2008, e da consultoria KPMG para auditar a relação com a Monreal.

A compra de 23 mil medidores analógicos praticamente obsoletos e o pagamento de quase R\$ 20 milhões em multas e juros por usar um empréstimo de R\$ 50 milhões da Eletrobras para outros fins que não os firmados em contrato (para recuperar os estragos da enchente de 2008) também são alvos de investigação". Enquanto isso, na mesma matéria o Presidente da Celesc (isentado de quaisquer culpa pelo jornal) afirma preferir se calar e deixar os inquéritos administrativos seguirem seu curso.

A verdade é que tanto a matéria veiculada pelo Diário Catarinense quanto a matéria divulgada pelo A Notícia esquecem convenientemente de um ponto central nestas denúncias: o envolvimento político partidário sobre a gestão

da empresa, ligado diretamente à atual gestão e a todas as investigações pela qual a empresa passa.

É notório que os contratos investigados com a Monreal foram feitos sob o governo de Luiz Henrique da Silveria, enquanto o presidente da estatal era seu então vice-governador, Eduardo Pinho Moreira. Além disso, a atual gestão da Celesc é fruto das alianças políticas do PMDB de LHS e Pinho Moreira com o PSD do Governador Colombo e do Presidente da Celesc Gavazzoni, que inclusive é 2º suplente de LHS no Senado.

Era óbvio que Gavazzoni não se manifestaria sob hipótese alguma. Infelizmente essa postura apenas colabora para que a imagem da Celesc seja cada vez mais manchada para a população catarinense, colocando a culpa sobre os trabalhadores da empresa isentando os "iluminados" indicados que passaram pelas chefias da estatal com indicações políticas.

Além disso, em ano de eleições municipais era bastante previsível que a grande mídia catarinense continuaria reproduzindo ataques aos trabalhadores e à empresa, esquecendo convenientemente dos políticos que a geriram de forma tão irresponsável pelos últimos 10 anos.

Nossa luta pela moralização na gestão da Celesc continua com força total e os sindicatos da Intercel continuarão denunciando, fiscalizando e cobrando que os responsáveis sejam punidos, não importando a força política que exista por trás deles. Também continuaremos na luta para que os os trabalhadores e a empresa não sejam tratados como vilões pela mídia catarinense, que deveria se inspirar na nossa busca pela moralização e pela responsabilização dos verdadeiros culpados, divulgando as notícias com responsabilidade, sem ocultar os políticos de nosso estado, responsáveis pelos anos de má gestão na maior estatal de Santa Catarina.

DIRIGENTES SINDICAIS COBRAM AGILIDADE EM INVESTIGAÇÕES

Dirigentes sindicais estiveram reunidos com os Delegados Rodrigo Bortolini e Laurito Akira Sato, Diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), na tarde da última quinta-feira, dia 14, para reafirmar o compromisso da Intercel em esclarecer o mais rápido possível as denúncias registradas no Jornal Linha Viva desde agosto de 2011 (leia-se casos Monreal, LMA, Luplast e Obras Emergenciais) e a responsabilização dos envolvidos.

Na reunião, Sato reafirmou o compromisso de levar a fundo as investigações. "Posso garantir que não existe nenhum tipo de pressão para que eu não investigue o caso", disse. "É de nosso interesse esclarecer a situação", reafirmou categórico.

O delegado explicou que existem atualmente muitas investigações em andamento, retardando a apuração dos fatos denunciados pela Intercel. Questionado sobre a possibilidade de realizar movimentação de pessoal para acelerar as investigações, ato popularmente conhecido como força-tarefa, esclareceu estar fora de cogitação: "é claro que gostaríamos que tudo fosse mais rápido, mas não podemos transferir pessoal de um departamento para o outro. Se fizermos isso, desassistimos setores também importantes da Deic."

A boa notícia é que a partir de agosto o Departamento receberá cerca de 30 novos policiais, engrossando o caldo e acelerando a apuração das denúncias. Segundo o delegado Rodrigo Bortolini, em uma avaliação preliminar, é interessante examinar que, apesar de inquéritos diferentes, os agentes envolvidos se repetem em alguns casos apresentando fortes indícios de um modus operandi.

Apesar da ansiedade dos trabalhadores e da cobrança dos sindicatos que compõem a Intercel, Sato alerta: "é melhor ir com calma e apurar tudo direitinho. Não adianta fazer correndo e levar a juízo algo sem consistência. Senão, serão tempo e trabalho jogados fora". Continuaremos fiscalizando as ações e esperando que os culpados sejam identificados e punidos: lugar de ladrão é na cadeia, não na Celesc!



Dirigentes em reunião com o Del. Rodrigo Bortolini (E) e Diretor da DEIC, Akira Sato (D).

Foto: Rafael Spricigo



Inquéritos a passo de tartaruga



Infelizmente, o sistema de grande parte dos inquéritos na Celesc tem como principal característica uma morosidade irritante que remete ao famoso réptil. O grande diferencial é que enquanto a tartaruga é lenta por natureza, os responsáveis pelos inquéritos na empresa são lentos por opção. Dos inquéritos do “balaio de Siri” apenas a LMA foi objeto de Sindicância. As empresas QI, LB, Jokas, e outras, denunciadas nas edições do jornal Linha Viva, nem mesmo tiveram sindicâncias individuais instauradas. O que faltou a presidência para que as demais sindicâncias fossem iniciadas? Tinta na caneta, ou força

para vencer a inércia da pressão política? Vale lembrar que somando aos desvios em obras emergenciais, ultrapassamos a casa dos 11 milhões de reais. Recentemente, um caso que chama a atenção é o da Luplast. A situação será detalhada nas próximas edições do jornal, mas cabe adiantar que envolve o perdão de uma dívida milionária. A denúncia teve sindicância instaurada e concluída, com deliberação para abertura de inquérito administrativo encaminhada para a ARFLO no dia 25 de maio. Até o fechamento desta edição encontrava-se inerte na sala do Administrador da regional há quase um mês. Qual o interesse? Um proposital perdão tácito, ou uma saída “a francesa” dos indiciados pelo PDV?

SINTEVI

Saúde e Segurança, Organização Sindical e Previdência.

Acontecerá no dia 23/06/2012, em Blumenau, no Viena Park Hotel, um evento voltado para os temas: Saúde e Segurança do Trabalhador com a palestra do Dr. Roberto Luiz - Médico do Trabalho e Mestre em Medicina Preventiva e Social; Organização Sindical e os recentes avanços da categoria com a palestra do Sr. Daniel Passos, Economista do Dieese; e Previdência (Aposentadoria Especial e Fator Previdenciário) com a palestra da Dra. Carolina Melhado, Advogada especialista em Direito Previdenciário.

Organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí, o evento também contará com a presença dos seguintes convidados: Jair M. Fonseca - Conselheiro eleito pelos empregados da Celesc, Henri Claudino - Representando a InterCEL; e Leandro Spezia - Representando o Fórum dos Trabalhadores de Blumenau. O Evento será uma grande oportunidade para os trabalhadores tirarem suas dúvidas e colocarem suas opiniões sobre estes assuntos. Contamos com sua participação, lembrando que é necessário a confirmação através do fone do 047-3338-5260 ou através do e-mail sintevi@terra.com.br.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489). Conselho Editorial: Felipe Braga
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC. CEP 89206-000. Fone (047) 3028-2161.
E-mail: sindsc@terra.com.br - Site: www.sindinorte.org. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Proposta da Eletrobras decepciona trabalhadores

Uma enorme frustração na expectativa dos trabalhadores foi verificada com a proposta apresentada pelas empresas do Grupo Eletrobras na segunda rodada de negociação realizada dia 13 de junho em Brasília – DF, com a participação dos sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a Intersul. A Eletrobras se comprometeu apenas em manter cláusulas existentes no acordo atual, analisar algumas outras e negou a contratação de praticamente todas as novas cláusulas reivindicadas pelos trabalhadores. O reajuste salarial oferecido foi apenas a reposição pelo IPCA (5,10%) aplicada aos salários e aos benefícios já contratados. A reivindicação do ganho real foi solenemente ignorada pela Eletrobras. Nenhum avanço foi vislumbrado pelos dirigentes sindicais que avaliaram a proposta como pífia e provocadora.

A não ser a assinatura do termo de prorrogação do acordo atual até 15 de julho, nenhum outro fato positivo foi produzido nesta segunda rodada de negociação e uma terceira reunião foi confirmada para dia 28 de junho. A expectativa dos trabalhadores agora se volta para a pauta específica que teve sua negociação iniciada com a Eletrosul, em reunião com os sindicatos da Intersul no dia 20 de junho, cujos desdobramentos serão relatados em boletim específico e nas próximas edições do LinhaViva.

Nesta fase crucial da campanha salarial dos eletricitários, fica mais uma vez evidenciado que não haverá possibilidade de um Acordo Coletivo de Trabalho justo sem a participação efetiva e a mobilização dos trabalhadores assumindo seu papel de protagonistas nesta luta. Os sindicatos que compõem a Intersul e o CNE estão organizados e preparados para encaminhar esta luta.

A resposta ao descaso das empresas será dada pelos trabalhadores, pois a energia do Brasil está em nossas mãos!

Empresa descumpre PCS

A CELESC divulgou recentemente o Calendário de Avaliação de Desempenho 2012, onde aponta a data de 21/08/2012 para conclusão dos trabalhos. A avaliação é uma das etapas para a concessão do mérito aos empregados. O problema é que esta data está contratada para o mês de julho. Fica evidente a tentativa de misturar nossa data-base com o acordo do Plano de Cargos e Salários (PCS). Justamente num momento em que a maioria dos trabalhadores está indignada com as movimentações realizadas em algumas carreiras de nível superior, na qual a empresa teve uma celeridade invejável.

A INTERCEL manifesta o seu repúdio a esta prática e estará cobrando da empresa o cumprimento do contratado. Do contrário ficaremos com a impressão de que os diretores têm dois pesos e duas medidas. Como diz a música: “aqui em baixo as leis são diferentes...”

VI SIPAT DO SINERGIA

De 25 a 29 de junho acontece a VI SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho) do Sinergia. Nessa semana os diretores/as, trabalhadores/as e convidados/as farão discussões voltadas à prevenção, no que diz respeito a acidentes do trabalho, bem como a doenças ocupacionais e ao cuidado com o bem estar. No dia 28 (quinta-feira) durante o dia todo a atividade desenvolvida será o Projeto VIDA VIVA, portanto comunicamos que o expediente no Sinergia será somente interno.

Piso dos Advogados

O atual PCS da Celesc, que foi implantado em 2007, trouxe muitos avanços para a categoria e principalmente para a empresa. Uma das mudanças importantes para a Celesc foi a unificação dos cargos em apenas quatro grupos ocupacionais: Operacional, Administrativo, Técnico e Universitário. Essa unificação proporcionou para a empresa uma possibilidade de movimentação de pessoal dentro dos grupos ocupacionais Operacional, Administrativo e Técnico sem ferir a Constituição Federal.

Em 2008 a empresa passou a adotar um piso Salarial para os engenheiros, o que gerou descontentamento dos outros profissionais do nível Universitário e dos demais grupos ocupacionais que entendiam

que os engenheiros estavam recebendo tratamento diferenciado dos demais profissionais da empresa, o que destoava da política do PCS adotado pela Celesc. A defesa da empresa para tal atitude foi amparada em Lei Federal que determina um piso mínimo para os engenheiros.

Em 2011 a empresa criou um piso Salarial para os Advogados e a discussão voltou à tona. O descontentamento foi geral, pois para os advogados não existe piso salarial determinado em lei como no caso dos engenheiros. A explicação da Diretoria foi a evasão dos advogados e a dificuldade de contratação de profissionais da área, o que levou a criação de um piso para os advogados baseado em pesquisa de mercado e que funciona com uma lógica simi-

lar à aplicada aos engenheiros.

O posicionamento da Intercel foi favorável a criação do piso desde que a mesma regra fosse aplicada as demais categorias. Desde a implantação do piso para os advogados a Intercel vem tentando negociar a aplicação do mesmo critério a todos, negociação essa que não teve êxito até hoje. Esgotado as tentativas por negociação a discussão passará a ser judicial.

As ações movidas pelos sindicatos que compõem a Intercel pedirão a extensão do piso para todas as categorias.

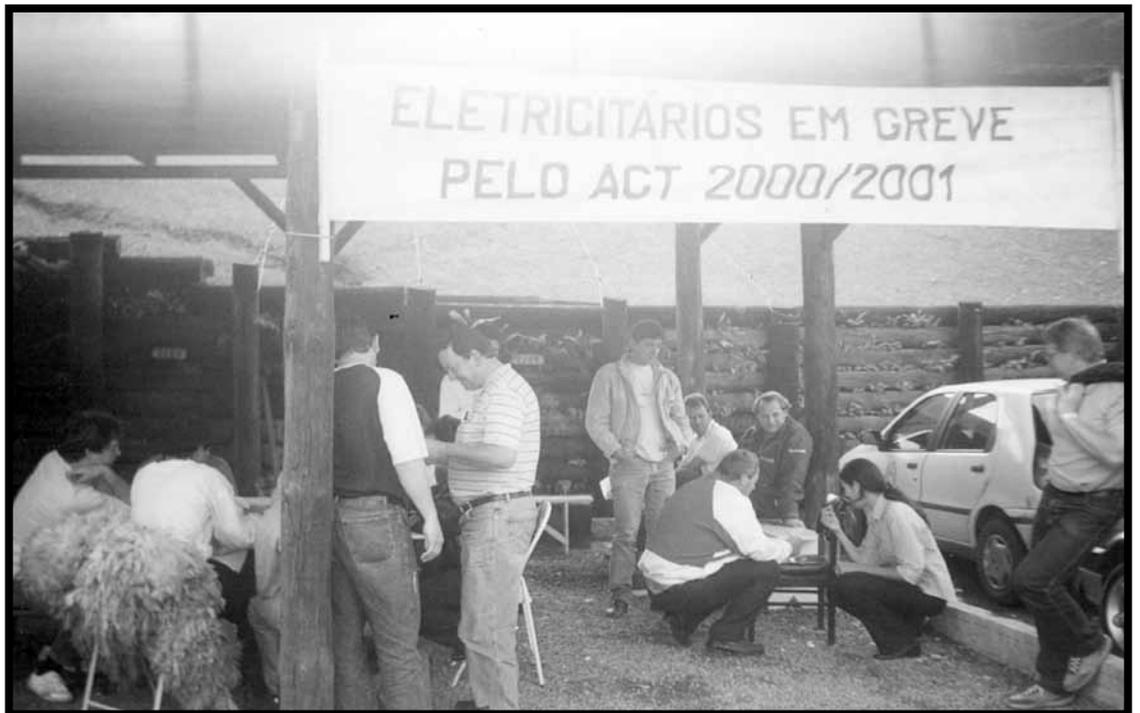
Esse Pedido só atingirá os empregados que têm o salário atual inferior ao salário inicial da sua carreira, acrescido de aproximadamente 37%.

Foto: Arquivo Intercel

RETROSPECTIVA ACT CELESC

ANUÊNIO

Conforme está registrado no livro “Eletricitários Catarinenses: A Trajetória de 40 anos do Contrato Coletivo de Trabalho na Celesc”, o nosso anuênio já passou por várias transformações. No acordo de 1978, a cláusula estabelecia que a empresa deveria pagar mensalmente 5% do salário, em virtude do quinquênio – conjunto de cinco anos trabalhados pelo empregado, não sendo possível ultrapassar o limite de sete gratificações. Em 1980, a cláusula não é mencionada no acordo. Em 1981, é apenas mencionado no conteúdo da cláusula “gratificação de férias”, o que indica sua existência. Nos acordos de 1982 e 1983, não há menção ao benefício. A cláusula integra o dis-sídio de 1984 com a mesma redação de 1978. No dissídio de 1985, a cláusula especifica a substituição do “quinquênio” pelo “triênio”, tendo o período estipulado passado a ser de três anos trabalhados, e o valor adicional correspondente a 3%. O acordo realizado em 1986 contém cláusula que institui a conversão do triênio em anuênio, sendo equivalente a 1% do salário fixo do empregado por ano de serviço prestado, no limite máximo de 35 anos. Apesar das idas e vindas o direito se mantém inalterado até os acordos de 1996. Em 1996, ocorreu a maior greve da história da CELESC, com a duração de 19 dias. O motivo foi a tentativa da empresa de retirar alguns direitos fundamentais e já antigos dos trabalhadores. A saída encontrada pelos sindicatos foi a transformação desses direitos em direitos individuais, presentes nos Contratos Individuais de Trabalho. A partir daquela data, apenas os trabalhadores já contratados permaneceriam contando com o benefício. Com a contratação de novos trabalhadores a partir de 1998 passamos a conviver com duas categorias de empregados na mesma empresa, uma com mais direitos que a outra, sendo que o anuênio era a cláusula que mais evidenciava essa injustiça. A INTERCEL sempre reclamou em mesa de negociação a isonomia de direitos aos empregados, mas, foi só no acordo de 2007 que obtivemos sucesso. Com a participação fundamental do nosso assessor econômico, Daniel Passos do DIEESE, que constatou um erro nos cálculos da empresa em relação ao custo do benefício, finalmente convencemos a Celesc a reparar esta injustiça. No acordo de 2007 figura a seguinte redação: “Fica concedido aos empregados admitidos após 01/10/1996, a partir da assinatura do presente Acordo, o pagamento mensal do anuênio, a partir de 01/10/2007, o equivalente a 1% (um por cento) do salário-base, por ano de efetivo serviço prestado a Celesc Distribuição, no limite de 35% (trinta e cinco por cento).” Foi sem dúvida um ano de resgate de direito aos trabalhadores. Alguns já contavam com quase dez anos de empresa. Passaram a receber o direito a partir daquela data, abrindo mão da massa salarial que poderiam ter recebido, caso o direito não tivesse sido limitado em 1998. Para nós é uma grande lição sobre a importância de sempre resistirmos ao estancamento de direitos, que, como um fantasma, vem assombrando nossas últimas negociações coletivas.



Trabalhadores da Celesc lutaram pelo anuênio até sua reconquista, em 2007



Ampliação do mercado livre: verdade, riscos e mitos

A defesa do fortalecimento do mercado livre de energia elétrica se tornou prioridade este ano para importantes associações do setor. Foi motivo inclusive da criação da campanha "2012 - O Ano do Mercado Livre", lançada em março, na Câmara dos Deputados, em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura.

Entretanto, já é possível identificar, em diversos fóruns e na imprensa, uma campanha paralela, desta vez pela ampliação do mercado livre de energia elétrica. Seu propósito inicialmente sugere algo importante para o Brasil, mas não revela fielmente seu objetivo.

Por trás, escondem-se interesses comerciais que, apregoando uma possível redução de preços, não esclarecem que tal queda seria meramente temporária e que embutiria graves riscos no processo de migração de aquisição de energia elétrica do ambiente regulado para o ambiente livre, afora os impactos negativos na expansão da produção de energia elétrica no país.

Inicialmente, cabe esclarecer que existem hoje na legislação brasileira duas categorias de consumidores que podem adquirir energia no mercado livre. O consumidor especial é a unidade consumidora com demanda igual ou superior a 500 quilowatt (kW), o qual tem a opção de atuar no mercado regulado ou adquirir energia no mercado livre do produtor de energia renovável produzida por fonte hídrica, solar, eólica ou biomassa, com potência injetada menor ou igual a 50 megawatt (MW).

O outro é o consumidor livre, a unidade consumidora com demanda igual ou superior a 3 mil kW, que pode adquirir energia de qualquer agente de geração e é formado por grandes consumidores. Pretende-se, com a mencionada ampliação do mercado livre, permitir ao produtor de energia elétrica de grande porte atingir e com isso dominar todo o mercado livre brasileiro.

Caso essa tentativa tenha êxito, uma simples elevação nos preços no mercado livre (até provável, por frustração de oferta), ou a redução nos preços do mercado regulado (motivada, por exemplo, pela prorrogação das concessões), fará com que seu retorno à condição de consumidor cativo torne-se imprevisível e dependente da disponibilidade de energia da distribuidora ao qual estiver conectado, podendo ser obrigado a esperar até cinco anos para o retorno.

Nesse ínterim, além de correr os evidentes riscos, se não tiver optado por contratos de energia de longo prazo no mercado livre, poderá ver-se submetido a preços elevados ou à falta de disponibilidade de contratos de compra e venda, o que implicará em consumo de energia a custos imprevisíveis de Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), acrescido de penalidades.

A preconizada ampliação do mercado livre de energia é, na realidade, uma proposta de beneficiamento exclusivo do produtor de energia de grande porte, em detrimento dos consumidores e dos pequenos e médios produtores de energia limpa e renovável, ambientalmente sustentável.

A atual faixa do mercado livre para o consumidor especial teve e tem um papel muito importante na viabilização da construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), das termelétricas a biomassa e a resíduos sólidos; além de certamente também desempenhar um papel relevante nos empreendimentos de geração de energia eólica, que assim como as PCHs, passaram a ser construídos em locais antes inexplorados, com pouquíssimos impactos socioambientais.

A geração de energia através de fontes limpas e renováveis, com empreendimentos de pequeno e médio porte, tem sido responsável pela criação permanente de empregos locais, por atender a uma demanda de energia de forma distribuída e próxima aos centros de carga. Ela também reduz os custos com a transmissão, pela pulverização de investimentos em pequenas localidades do Brasil, trazendo riqueza e desenvolvimento para os municípios por meio do aumento de sua participação nas transferências de tributo e contribuindo para a realização de programas socioambientais e tecnológicos nas localidades onde atuam.

Por outro lado, esta ampliação do mercado livre, como está sendo proposta, inviabilizará o desenvolvimento dessa indústria de pequenos e médios produtores de energia, que teve forte impulso a partir de 2003 e que se somente se viabilizou através do incentivo ao mercado de fontes renováveis e a existência do Consumidor Livre Especial.

A ampliação do mercado livre para os grandes produtores de energia elétrica, da forma como pretendida, vai ferir o atual modelo do setor elétrico, com substancial redução da clientela das distribuidoras; clientela essa que celebrará contratos no mercado livre com prazos inferiores a cinco anos (tem sido essa a prática), não viabilizando a construção de novas usinas para o mercado livre e, ainda, frustrando a contratação de novas usinas para o mercado regulado, impactando frontalmente a metodologia atualmente utilizada para garantir a expansão do setor.

Com esses esclarecimentos, a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) reitera sua oposição à pretendida ampliação do mercado livre. Rechaçamos a proposta por considerá-la equivocada, sem profundidade e não condizente com a postura de estímulo ao desenvolvimento das fontes alternativas comprometidas com a sustentabilidade ambiental.

Os produtores de energia limpa, objetivando preservar e fortalecer o atual modelo do setor de energia elétrica do Brasil, defendem que a busca por menores tarifas deva estar associada ao custo global do suprimento e não apenas ao preço de aquisição. Outro pleito é que a segurança energética seja atendida não somente nos aspectos de quantidade de energia, mas de confiabilidade e qualidade; e que a geração distribuída seja um vetor da universalização do uso da eletricidade, como preconiza o marco regulatório de março de 2004.

Charles Lenzi é presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

